

**Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior da área de psicologia do Mapa de Pessoal da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARSA, I.P.), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP)**

1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por deliberação da Vogal do Conselho Diretivo de 9 de novembro de 2020, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), o procedimento concursal de regularização extraordinária de vínculos precários para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior da área de psicologia, previsto no Mapa de Pessoal **da ARSA, I.P.**

2. **Legislação aplicável:** Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e Código do Procedimento Administrativo.

3. **Local de Trabalho:** ARSA, I.P./Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD)/Centro de Respostas Integradas do Litoral Alentejano.

4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de 1 (um) posto de trabalho do mapa de pessoal **da ARSA, I.P.**, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP.

**5. Descrição sumária das funções por categoria/carreira**

O posto de trabalho a ocupar caracteriza-se pelo exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior da área de psicologia, nos termos do n.º 2.º do artigo 88.º,

e referido anexo, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

**6. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum:** o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização da situação de trabalho precário prevista no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. O posto de trabalho apenas pode ser ocupado pelo candidato que satisfaz necessidades permanentes, sem vínculo adequado, nesse mesmo posto de trabalho.

**7. Caracterização sumária das funções:**

- a) Assegurar a execução de ações de intervenção local, com vista à redução do consumo de substâncias psicoativas, à prevenção dos comportamentos aditivos e à diminuição das dependências, nos seguintes contextos: meio escolar, meio recreativo e meio laboral;
- b) Promover a realização de diagnósticos das necessidades de intervenção local (Litoral Alentejano), prioridades e o tipo de intervenção a efetuar, nomeadamente a projetos e programas cofinanciados;
- c) Participar em reuniões de coordenação e monitorização, no âmbito da prevenção, com as restantes equipas da região Alentejo;
- d) Proceder à articulação interinstitucional com as instituições da comunidade, públicas ou privadas, no desenvolvimento de ações de prevenção.

**8. Modalidade de horário de trabalho:** o período normal de trabalho é de 35 horas semanais e as funções serão desempenhadas em qualquer das modalidades de horário previstas no artigo 110.º da LTFP.

**9. Habilitações literárias exigidas:** Grau de complexidade funcional 3, sendo exigida a titularidade das habilitações literárias e profissionais legalmente exigíveis para o desempenho da função.

**10. Posição remuneratória:** 2.ª posição remuneratória da categoria de técnico superior, da carreira de técnico superior, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que corresponde ao nível 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro (com as alterações

introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março), a que corresponde a remuneração base mensal ilíquida de 1.205,08 € (mil duzentos e cinco euros e oito cêntimos).

## **11. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:**

**11.1.** Exerça ou tenha exercido, num determinado período, funções, sem vínculo jurídico adequado, no posto de trabalho que serviu de base à abertura do presente procedimento concursal, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

**11.2.** Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**11.3.** Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 9. do presente aviso.

**11.4.** No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2.º do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

## **12. Forma e prazo de apresentação das candidaturas:**

**12.1.** Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica da ARSA, I.P. (<http://www.arsalentejo.min-saude.pt>);

**12.2.** Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível na página eletrónica da ARSA, I.P. (<http://www.arsalentejo.min-saude.pt>), podendo ser enviados por via eletrónica para o endereço de email [recursos.humanos@arsalentejo.min-saude.pt](mailto:recursos.humanos@arsalentejo.min-saude.pt), até às 24h00 horas do

último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou por correio registado com aviso de receção endereçado à Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P., Procedimento Concursal a que se candidata – (referência a que se candidata) – PREVPAP, Largo do Jardim do Paraíso, n.º 1, 7000-864 Évora, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido na alínea anterior.

**12.3.** No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura; identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário.

**12.4.** Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos:

- a) Fotocópia legível do Certificado de Habilitações;
- b) Fotocópia legível dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
- c) Fotocópia da cédula profissional de Psicólogo;
- d) Um exemplar do *Curriculum Vitae* detalhado e atualizado, datado e assinado.

**12.5.** As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

**12.6.** Nos termos do disposto no n.º 8.º do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos.

**13.** Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

**14. Métodos de Seleção:** Os métodos de seleção a utilizar serão a avaliação curricular e a entrevista profissional de seleção, se houver mais do que um candidato ao mesmo posto de trabalho).

**14.1.** A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos

candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso.

**14.2.** Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

**14.3.** São motivos de exclusão do presente procedimento:

- a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;
- b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular;
- c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável);
- d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 14.4 do presente aviso.

**14.4.** Classificação final (CF):

- a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas,
- b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula em que:

$$CF = (60\%) AC + (40\%) EPS$$

CF = Classificação Final.

AC = Avaliação Curricular.

EPS = Entrevista Profissional de Seleção.

**14.5.** No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 24.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8.º do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção.

**14.6.** A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações da ARSA, I.P., sito no Largo do Jardim do Paraíso, n.º 1, 7000-864 Évora e na sua página eletrónica.

**14.7.** Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados, por correio eletrónico, nos termos dos números 7.º e 8.º do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

**14.8.** As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

**14.9.** A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica da ARSA, I.P. após aplicação dos métodos de seleção.

**14.10.** O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

## **15. Composição e identificação do júri:**

**Presidente:** Álvaro Branco Calado, assessor da carreira dos técnicos superiores de saúde – ramo Psicologia Clínica, DICAD da ARSA, I.P.;

**1.º Vogal efetivo:** Francisco Filipe dos Santos Serrano, técnico superior, Unidade de Gestão de Recursos Humanos, da ARSA, I.P.;

**2.º Vogal efetivo:** Paulo de Jesus Silvério de Oliveira, técnico superior, DICAD, da ARSA, I.P.;

**1.º Vogal suplente:** Teresa Maria Alinho Galrito da Silva, assistente da carreira dos técnicos superiores de saúde – ramo Psicologia Clínica, DICAD da ARSA, I.P.;

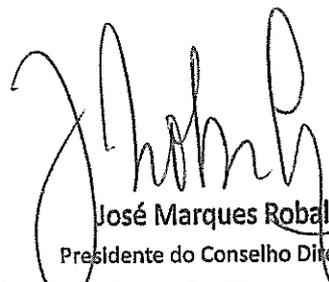
**2.º Vogal suplente:** Isabel Cristina de Sousa Rotchild Barriga Estêvão, técnica superior - área da Psicologia, DICAD, da ARSA, I.P.

**16. A lista de classificação**, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações, da ARSA, I.P. sito no Largo do Jardim do Paraíso, n.º 1, 7000-864 Évora, e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República*, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do número 5.º do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação.

17. Nos termos do disposto no n.º 4.º do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica da ARSA, I.P. (<http://www.arsalentejo.min-saude.pt/>).

Évora, 21 de dezembro de 2020

O Presidente do Conselho Diretivo, José Alberto Noronha Marques Robalo



José Marques Robalo  
Presidente do Conselho Directivo

**Autorização dos membros do Governo Artigo 30.ª da LTFP:**

DISPENSA, nos termos do número 1.º do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.